

IGUALDADE POLÍTICA: BASE DO MODELO DE ESTADO MAQUIAVELIANO

Political Equality: Basis of the Machiavellian Model of the State

José Luiz Ames *

Resumo: Para captar a concepção maquiaveliana de Estado é necessário determinar a ideia de igualdade política. Esta deve ser entendida como igualdade de comando e ausência de privilégio/precedência, ou seja, ausência de subordinação. Considerando esta definição, o modelo de Estado maquiaveliano só pode ser a república. O artigo discute a partir da obra de G. Pancera “Maquiavel entre repúblicas” a questão, levantada por Pancera, de que seria no *Discursus* de Maquiavel que semelhante modelo de Estado estaria formulado de modo mais explícito. Problematizaremos esta interpretação apontando para a existência de elementos textuais da obra citada que autorizam pensar que igualmente um principado ou monarquia poderiam estar na intenção de Maquiavel na reforma do Estado de Florença examinada no *Discursus*.

Palavras-chave: Maquiavel, Estado, igualdade política.

Abstrac: The full understanding of the Machiavellian concept of the State depends on the determination of the idea of political equality, conceived as equality in status and as the absence of privilege/precedence; in other words, as the absence of subordination. Taking into account such a definition, the Machiavellian model of the State could only be the Republic. Therefore, this paper

* Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Artigo recebido no dia 23/01/2013 e aprovado para publicação no dia 14/04/2013.

discusses G. Pancera's view, proposed in his book *"Maquiavel entre Repúblicas"*, that this model of the State is more explicitly formulated by Machiavelli in his *Discursus*. However, some textual elements present in the *Discursus* allow us to think that this interpretation can be questioned and that, when discussing the reform of the State of Florence, Machiavelli could also have had in mind a Principate or a Monarchy.

Keywords: Machiavelli, State, Political Equality.

Gabriel Pancera é autor do livro *Maquiavel entre repúblicas*, que traz uma contribuição singular acerca dos estudos de um opúsculo importante de Maquiavel: *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices* (de agora em diante referida abreviadamente como *Discursus*). Com efeito, são conhecidos os grandes comentários às três obras-mestras de Maquiavel (*O Príncipe*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *História de Florença*), mas praticamente não existem trabalhos dedicados diretamente ao *Discursus*. O livro de Pancera vem suprir esta lacuna na literatura crítica sobre Maquiavel e o faz com alto rigor acadêmico aliado uma linguagem leve e acessível. Na origem, o livro de Pancera foi a tese de doutorado defendida na UFMG em 2006. Ele teve o cuidado, ao adaptá-la ao público geral, de nada perder do rigor inicial. Vem enriquecido com um capítulo introdutório sobre "as interpretações republicanas de Maquiavel", que não constava da tese acadêmica, e que ajuda a situar melhor a ideia central defendida no livro: de que no *Discursus* estaríamos diante da mais autêntica manifestação do republicanismo maquiaveliano.

Gabriel Pancera interpreta o *Discursus* sobre o fundo de outra obra, esta mais conhecida e estudada: *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (de agora em diante referida abreviadamente por *Discorsi*). O resultado desta operação é a tese de que na base do modelo de estado maquiaveliano está a concepção de "igualdade política", expressa de maneira mais evidente no *Discursus*, de forma que esta obra se configuraria na mais autêntica manifestação do republicanismo de Maquiavel.

Nosso esforço no presente ensaio será submeter o *Discursus* a uma análise tirando-lhe o fundo dos *Discorsi* colocado por Pancera no seu livro. O objetivo será verificar até que ponto se sustenta, com esta modificação, a interpretação de Pancera ou se será preciso admitir que Maquiavel também considerava, no *Discursus*, não apenas a possibilidade de implantar uma república, mas igualmente um principado (ou até mesmo uma monarquia) como resultado da reforma constitucional a que esta obra está dedicada. Em nosso esforço analítico cotejaremos a interpretação de Pancera apresentada no seu livro com passagens do *Discursus* a partir do qual ele construiu, fundamentalmente, sua argumentação. Nas citações do *Discursus* nos utilizaremos da tradução feita pelo próprio Pancera

introduzindo modificações quando as considerarmos mais adequadas ao nosso entendimento da obra original.

O esforço a que se entrega Pancera é o de determinar aquilo que ele denomina *modelo de estado maquiaveliano*. Para tanto, Pancera entende que é preciso determinar a noção de *igualdade* e o seu negativo, a *desigualdade*, pois será a partir destas noções que se instituirá uma ou outra *forma* de estado: república ou principado, respectivamente. No esforço por determinar um conteúdo mínimo para a noção de *igualdade* (já que a *desigualdade* é somente seu negativo) na obra de Maquiavel, o primeiro passo, pondera Pancera (2010, p. 86-87), consiste em proceder por exclusão, dizendo o que *não* é igualdade para Maquiavel. Assim, descarta três significados possíveis: a igualdade para Maquiavel a) não diz respeito a uma igualdade natural entre os homens, isto é, não é um traço antropológico positivo; b) não é a igualdade de riquezas (*equalità di sostanze*) ou material; c) não diz respeito diretamente à igualdade civil (*civile equalità*) ou igualdade diante da lei.

A igualdade da qual se trata, defende Gabriel, é a “igualdade política”. O significado desta pode ser captado analogicamente, segundo ele, por meio desta passagem dos *Discorsi* (II,4:3): “nenhuma [república] se sobressaía à outra em poder de mando (*autorità*) nem detinha qualquer privilégio (*equalità di grado*)”. A passagem permite deduzir, argumenta Pancera (2010, p. 87-88), o conteúdo mínimo presente na concepção de igualdade política que estaria na base do modelo de estado maquiaveliano: igualdade de comando e ausência de privilégio/precedência, ou seja, ausência de subordinação. Ao remeter a concepção de igualdade à igualdade política e esta à igualdade de comando e ausência de precedência/privilégio, um conjunto de interrogações pode ser levantando, particularmente se considerarmos a solução institucional oferecida por Maquiavel no *Discursus* a propósito da reforma constitucional de Florença.

Com efeito, primeiramente, como conciliar a noção de igualdade (definida da maneira como o faz Pancera) com a existência de classes ou corpos sociais diferenciados existentes na sociedade florentina e aos quais deveriam ser atribuídos funções ajustadas à sua posição (ou seja, os principais, os medianos e os últimos, correspondentes, respectivamente, aos grandes, às classes médias e à massa do povo)? Depois, considerando que, conceitualmente, igualdade é compatível unicamente com república e desigualdade com principado, como entender a afirmação de Maquiavel, em *História de Florença* (III,1), de que nesta cidade as inimizades fizeram com que passasse da desigualdade a uma “admirável igualdade” a ponto de um “sábio legislador” ser capaz de “reordená-la facilmente em qualquer forma de governo”? Finalmente, considerando a necessidade de satisfazer os diferentes grupos existentes na cidade, responde a solução oferecida por Maquiavel no *Discursus* à exigência, por ele próprio formulada, de ser uma “verdadeira república” e não tão somente mais uma “via do meio”?

Vamos examinar estas interrogações olhando ao mesmo tempo para *Maquiavel entre repúblicas* de Gabriel Pancera e para *Discursus* de Maquiavel.

Como definir o *Discursus*? Tratar-se-ia de um texto oportunista favorável aos Medici, na medida em que Maquiavel lhes oferece algumas “receitas” capazes de manter as instituições florentinas? Ou, pelo contrário, se trataria de uma autêntica declaração republicana, uma vez que Maquiavel articula nele alguns temas republicanos fundamentais? Gabriel toma posição decidida nesta polêmica a partir da diferenciação conceitual entre principado e república: *república* designa toda forma de instituição na qual o poder é discutido e compartilhado ao passo que *principado* a forma na qual não o é. Mais precisamente, e nas palavras de Pancera (2010, p. 58-60), *república* é a forma institucional garantida pelo predomínio da lei sobre as vontades individuais enquanto *principado* é aquela na qual o poder se torna pessoal. Resta claro, a partir desta distinção conceitual, que a primeira interpretação – de que se trataria de um texto oportunista pró Medici – não pode ser verdadeira. No fundo, estamos diante da mais autêntica declaração republicana, assegura Pancera. Somente um exame mais detalhado da obra será capaz de nos responder se a hipótese de que o principado não estaria nas intenções de Maquiavel é defensável ou então se deve ser definitivamente descartada qualquer possibilidade de composição entre as duas interpretações.

O desafio diante do qual Maquiavel está colocado, na redação do *Discursus*, é o de oferecer uma alternativa para a reforma constitucional de Florença após a morte do duque de Urbino, Lourenço de Medici. O *Discursus* é a resposta que, em 1520, Maquiavel dirige ao papa Leão X (Giovanni de Medici) a pedido do cardeal Júlio de Medici, futuro papa Clemente VII. Maquiavel constata que o passado não fornece elementos para uma solução para este desafio. Resta-lhe, então, olhar para o quadro presente a fim de perguntar-se qual regime seria adequado à vida florentina. Como só existem dois regimes possíveis – principado e república –, explica Maquiavel, trata-se de implantar um destes.

A instabilidade dos regimes que se sucederam desde Maso degli Albizzi (1382-1393) até Lourenço de Medici (1512-1520) revela que a cidade não havia encontrado, segundo Maquiavel, ainda o tipo constitucional correspondente à sua natureza mais profunda. Esta constatação leva Maquiavel a recusar, a princípio, a solução principesca. Com efeito, a instauração de um principado pressupõe uma situação de *desigualdade*. Como em Florença reina a *igualdade*, somente uma transformação total da “matéria” poderia tornar compatível a “forma” desigual do principado com a “matéria” igualitária da vida florentina¹.

¹ Aqui, observa Pancera (2010, p.80), “trata-se de saber se a preocupação de Maquiavel diz respeito meramente a encontrar um bom ajuste entre *forma* e *matéria* ou se podemos inferir uma opção valorativa do autor”. Para o autor, a neutralidade seria apenas aparente; a opção pela *forma* republicana seria devida não apenas ao fato de ser mais ajustada à *matéria*, e sim a que Maquiavel compartilharia da ideia de que a liberdade – assegurada sob uma república e

Estamos, pois, confrontados com as concepções de “igualdade” e “desigualdade”. Como dissemos acima, Pancera defende que se trata de uma “igualdade política” e que esta consiste numa igualdade de comando e ausência de precedência/privilégios. A concepção de igualdade política deste modo definida nos parece correta, ainda que, talvez, pudesse ser possível determiná-la melhor a partir de outra passagem – *Discorsi* I,55 – em lugar da sugerida por Pancera (*Discorsi* II,4). Com efeito, o capítulo em questão examina a mesma contraposição entre igualdade/república e desigualdade/principado examinada no *Discursus*. Maquiavel ressalta no capítulo mencionado dos *Discorsi* que a existência de diferenças de grau, ou posição, em Veneza não constituía, para os venezianos, um direito a privilégios. Maquiavel sugere que o espírito do sistema corporativo que regia os ofícios no seio da cidade florentina funcionaria de modo semelhante: sem colocar todos os atores sociais sobre o mesmo plano, e sem atribuir-lhes as mesmas prerrogativas na esfera política, este sistema ofereceria a todos condições para uma expressão pública de seus interesses. Assim, neste sistema político cada um ocupava o lugar público que sua posição social lhe permitia almejar. Existia, pois, uma paridade política sem negar as diferenças de condição, riqueza e posição social. Dessa maneira, a igualdade política não exclui, mas antes pressupõe, a desigualdade. Vamos aprofundar um pouco mais esta ideia.

A pretensão de oferecer uma alternativa capaz de compor uma “república estável” (*Discursus* §21) requeria que Maquiavel determinasse uma solução pragmática pensada em função das forças sociais da cidade de modo a se compor numa ordem dinâmica. A definição de semelhante ordem apoia-se sobre o ajustamento das três categorias que constituem o corpo social: os principais/grandes, os medianos/classes médias e os últimos/massa popular. A solução maquiaveliana consiste em reordenar o sistema constitucional florentino em função do reconhecimento destas forças atribuindo-lhes uma via de expressão no processo de participação política que adequava sua posição social ao lugar a ser ocupado na nova ordem política.

O primeiro passo para a organização desta nova ordem política, pondera Pancera (2010, p. 108), requeria “a exclusão da interferência de homens privados nos negócios de estado”, mas não pela expulsão destes da cidade, e sim por sua incorporação “à estrutura político-institucional da república” de modo a “submetê-los às regras do mundo público”. O princípio, portanto, que comandaria a reforma institucional proposta por Maquiavel

não sob um principado – “é o valor mais alto” ou “o valor último” (PANCERA, 2010, p.37). Em virtude do foco de nossa análise, centrada sobre as noções de *igualdade* e *desigualdade*, deixaremos de lado a discussão sobre se existiria em Maquiavel algo semelhante a um “valor mais alto” ou “valor último”. Certamente, esta concepção aproxima o republicanismo de Maquiavel muito mais ao de Aristóteles do que ao romano. Seria isso sustentável? Parece-nos muito pouco provável.

seria o de integrar todos os homens e grupos à estrutura estatal de modo que todos se tornassem públicos.

Em conformidade com este princípio, Maquiavel defende que seria “conveniente acabar com a confusão de conselhos que existiu durante certo período na cidade” (*Discursus* §18) e reorganizá-los em vista do bem da cidade. Em outras palavras, reorganizá-los de modo que as forças sociais da cidade não se dilacerassem, mas convivessem, apesar de suas irreduzíveis diferenças. Como são três as qualidades de homens, diz Maquiavel, é conveniente também “que haja três graus em uma república, e não mais” (*Discursus* §18). A cada força social deve ser conferido um grau de poder de decisão real correspondente à sua competência própria. Assim, aos “principais” convém que seja atribuído o poder de mando, mas não porque estes “pensam merecer precedência sobre os demais” (*Discursus* §14), e sim por ser mais ajustado ao seu modo de ser. Os “medianos”, por sua vez, deveriam integrar um conselho intermediário, o qual deveria ser instituído de modo a evitar que “por via de facções se pudessem corromper” (*Discursus* §18). Finalmente, aos “últimos”, correspondentes à *universalità* dos cidadãos, deveria ser aberta a sala do Grande Conselho deixando em suas mãos a competência para a distribuição de todos os ofícios e magistraturas, exceto às que devessem permanecer nas mãos do papa (*Discursus* §20).

A solução institucional preconizada por Maquiavel divide a crítica. Para uns, com ela Maquiavel renegaria sua convicção republicana em favor de um “conselho de príncipe” dando aos Medici meios para uma hábil mudança de rumo da vida cívica florentina; para outros, o conselho dado por ele seria, ainda que de modo sutil, firmemente republicano e levaria os Medici a adotar uma posição favorável à tradição cívica florentina. Como decidir entre as duas teses?

Pancera (2010, p. 104) não apresenta resquício de dúvidas quanto à questão: “a despeito da eventual preferência de Maquiavel por uma forma principesco, o fato é que, quando o fez, ele foi movido pelas circunstâncias políticas. Excetuando-se estas contingências, o secretário florentino é, sim, um pensador republicano”. Além disso, continua ele mais adiante, “se algumas funções ficavam sob a influência direta dos Medici, é certo, porém, que, por não terem eles sucessores legítimos, estas funções passariam, pouco a pouco, para as mãos do Conselho do Povo, de maneira que, ao final da transição, os elementos ainda existentes de um principado se dissolvessem na forma republicana” (PANCERA, 2010, p. 136). Em favor desta posição, a obra de Maquiavel oferece muitas passagens tranquilizadoras. A mais incisiva, certamente, é aquela em que Maquiavel apresenta a necessidade de dar satisfação à *universalità*, quer dizer, aos cidadãos provenientes das famílias menos dotadas. O meio para tanto é “reabrir a sala” (*Discurso* §21), ou seja, retomar o sistema político da república do Grande Conselho

restituindo a grande sala na qual os cidadãos exprimiam suas opiniões em vista da decisão coletiva. Pelo fato de ser um verdadeiro símbolo da antiga república, esta reabertura seria um sinal forte dos Medici na direção dos opositores da república significando a vontade daquela família de partilhar uma parte do poder.

Quando consideramos a trajetória de vida de Maquiavel, sua atuação como Secretário da república de Florença e o conjunto de sua obra, particularmente os *Discorsi*, não há como não concordar com a interpretação peremptória de Pancera. No entanto, quando descemos à leitura mais próxima do texto mesmo do *Discursus* e deixamos de lê-lo sobre o fundo dos *Discorsi*, examinamos seu modo de argumentação e o emprego de certas expressões, colhemos dados que nos permitem levantar a hipótese de que a verdade acerca da posição de Maquiavel talvez seja uma determinada composição entre as soluções principesca e republicana e não uma opção definitiva pró-república².

Vejamos, a propósito disso, o que o florentino escreve no parágrafo 25: “Parece-nos que, sem a vossa autoridade e consideradas todas estas ordenações como república, não lhe falte coisa alguma [...]. Mas, se as considerarmos vivendo Vossa Santidade e o eminentíssimo cardeal, ela é uma monarquia [...]”. O emprego deste último termo (“monarquia”) é de natureza a despertar nossas dúvidas. Com efeito, ainda que, do ponto de vista dos efeitos, monarquia e principado sejam similares, suas condições

² A passagem mais precisa na qual Maquiavel manifesta sua posição sobre esta questão está no capítulo dois do Livro um dos *Discorsi*. Primeiro refere que “alguns que escreveram sobre repúblicas afirmam existirem nelas um dos três estados, chamados por eles Principado, Optimates e Popular” (*Discorsi* I,2:10). Logo em seguida acrescenta que outros “mais sábios segundo a opinião de muitos” afirmam que existem “seis formas de governo, das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas” (*Discorsi* I,2:11). Mais ao final do capítulo, depois de retomar o ciclo constitucional polibiano, afirma que em vez de as formas de governo passarem umas às outras (como defende Políbio), o mais provável de acontecer é de uma forma de governo acabar “por se tornar súdita de algum estado mais próximo que seja mais bem ordenado que ela” (*Discorsi* I,2:25). Dessa constatação extrai a conclusão: “Digo, portanto, que todos esses modos são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins” (*Discorsi* I,2:26). Qual é, então, o propósito de Maquiavel, já que não se trata de uma escolha entre monarquia ou república? A sequência do texto dos *Discorsi* esclarece a questão: “Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos” (*Discorsi* I,2:27). A questão, pois, de decidir se Maquiavel é monárquico ou republicano parte de um falso pressuposto, qual seja de que Maquiavel aceitaria uma classificação das formas de governo ordenadas segundo sua normalidade e patologia. Como mostra o texto dos *Discorsi*, Maquiavel não aceita esta tipologia. Como ele mostra alguns capítulos adiante (*Discorsi* I,9:5-6), a obra de fundação exige um só. É o “momento monárquico” de Maquiavel. No entanto, o estado instituído precisa durar e para tanto o príncipe deve “tornar-se muitos” (*Discorsi* I,9:9). É o “momento republicano de Maquiavel”. Assim, a obra de fundação ou de refundação de um Estado (como no caso da proposta constitucional apresentada no *Discursus*) pressupõe sempre os dois momentos.

de expressão são radicalmente diferentes. Certamente o principado partilha com a monarquia a concentração do poder e dos meios de decisão, mas se distingue totalmente dela pelo fato de que o príncipe não pode valer-se de antecedentes dinásticos para permitir-lhe tomar o poder ou manter-se nele. Assim, de acordo com a passagem grifada, ao termo da reforma constitucional proposta por Maquiavel, a república florentina estaria apta a transformar-se numa ordem dinástica na qual a família Medici poderia assegurar o poder em Florença mesmo *depois* do desaparecimento de seus membros atuais. As dúvidas são reforçadas pelo fato de Maquiavel evocar, no parágrafo 20, as medidas capazes de proporcionar aos Medici os meios para dar a impressão de que a reabertura da sala corresponderia a uma vontade efetiva de compartilhar as prerrogativas políticas enquanto concentrava em suas mãos os meios efetivos de um poder monárquico³.

Em resumo, o *Discursus* propõe à família Medici soluções de *aparência* republicana para satisfazer a *universalità* dos cidadãos, mas de modo tal que esta família permanecesse com o controle das instituições como se fosse um principado. A pergunta inquietante é: com qual intenção, ou objetivo, Maquiavel propunha estruturá-la *também* como um principado? Pancera (2010, p. 136), vimos, não tem dúvidas de que isso era devido a uma preocupação pragmática: visaria atribuir um comando efetivo à família em virtude das circunstâncias concretas sob as quais a proposta foi apresentada, mas de modo tal que, com o tempo, derivasse para uma autêntica república. No entanto, como procuramos mostrar, parece igualmente plausível a hipótese contrária, de que sua intenção poderia ser a de visar uma monarquia, pensando na continuidade temporal da cidade realizada por uma dinastia Medici futura.

A hipótese de que Maquiavel poderia estar pensando também na estruturação de um principado — e não tão somente de uma república —, recebe um reforço significativo com a interpretação dada por Gennaro Sasso acerca do significado da expressão *in qualunque forma* utilizada por Maquiavel em *História de Florença* (III,1). No capítulo mencionado desta obra, Maquiavel, falando do resultado dos conflitos internos a Florença, conclui que estes teriam produzido uma “admirável igualdade” a ponto de um

³ No parágrafo em questão Maquiavel inicia lembrando que, sem devolver à *universalità* dos cidadãos sua autoridade por meio da reabertura da Grande Sala, nenhuma solução política seria eficaz. Como, porém, continua o florentino, restituir a autoridade “de uma só vez não seria seguro para seus amigos nem para a manutenção da autoridade de Vossa Santidade, é necessário em parte devolvê-la e em parte prometer fazê-lo...”. A estratégia para os Medici manter o controle sobre a composição do Grande Conselho, sugere Maquiavel, é fazer com que “Vossa Santidade designasse oito *accoppiatori* que, em segredo, pudessem escolher quem eles quisessem para participar de tal Conselho e, ao mesmo tempo, não poderiam negá-las a nenhum de seus amigos. Mas, para que o povo acreditasse que participariam das eleições aqueles por ele escolhidos, permitir-se-ia que o Conselho enviasse, de direito, dois cidadãos por ele selecionados para serem testemunhas dos escrutínios”.

sábio legislador ser capaz de, facilmente, poder “reordená-la *in qualunque forma* de governo”. Sasso chama a atenção de que é ao tempo no qual Maquiavel escreve e não àquele do qual narra que estas considerações na *História de Florença* devem ser referidas. Assim, entende que é preciso retornar à outra obra, o *Discursus*, redigida poucos meses antes de iniciar *História de Florença*, para compreender o que Maquiavel tem em mente quando utiliza as expressões *in qualunque forma* e *equalità* (e seu negativo, *inequalità*). Neste escrito, pondera Sasso (1993, p. 201), Maquiavel “sugere uma audaz solução constitucional”. Com a morte de Lourenço de Medici, explica Sasso, parecia extinta a possibilidade de ordenar Florença segundo uma autêntica forma de principado. Maquiavel assume esta impressão e, embora a “intrínseca igualdade” de Florença apontasse a república como única solução político-constitucional, o principado não era, porém, menos viável do que aquela. Com efeito, apesar da morte de Lourenço, a família Medici mantinha o pleno poder sobre Florença aliado ao fato de deter, com o papa Medici Leão X, a cátedra de São Pedro. “Deste ponto de vista, pondera Sasso, se poderia dizer que Florença era então um principado sem príncipe, mas nem por isso era uma autêntica república” (SASSO, 1993, p. 201). A solução que Maquiavel propõe ao Cardeal Júlio de Medici, afirma Sasso (1993, p. 202), “consistiu em delinear um mecanismo constitucional por força e razão do qual a cidade seria ordenada na forma de uma verdadeira república, mas de modo tal, porém, que na pessoa do cardeal a autoridade dos Medici se mantivesse intacta e resultasse antes até aumentada”. Assim, conclui Sasso (1993, p. 202-203), “enquanto escrevia *in qualunque forma*, se na substância era uma república, era uma verdadeira, autêntica e perfeita república aquela que, segundo o modo de ser das coisas, tinha em mente e delineava, enquanto um Medici fosse vivo, uma monarquia – uma verdadeira e autêntica e perfeita monarquia”. Enfim, e paradoxalmente, uma “república monárquica” (SASSO, 1993, p. 205).

Assim como fez com o exame da expressão *in qualunque forma*, Sasso leva a efeito análise semelhante a propósito do termo *equalità*: conceitualmente é compatível unicamente com república e *inequalità* apenas com principado. Se for assim, pondera Sasso (1993, p. 206), “resulta disso que entre *igualdade* e *desigualdade* não existe, e não se dá, qualquer possibilidade de contato de tal modo que [...] contato não existe, e não pode existir, entre república e principado”. No entanto, continua ele, “se diz que, longe de opor-se à *desigualdade*, em Florença a *igualdade* é tal que, sem que por isso se saia de seu âmbito específico, desta pode-se extrair a república, mas também o principado, o principado, mas também a república” (SASSO, 1993, p. 207). Se for possível argumentar assim, conclui Sasso (1993, p. 207), “então é evidente que o conceito se transformou, e que *igualdade* significa algo, aqui e agora, de modo muito diferente daquilo que antes indicava. Paradoxalmente, significa não mais que, sob seu fundamento, somente a república é possível, mas antes que esta acepção perdeu a tal ponto suas características originais e que contempla igualmente a outra

não contemplável possibilidade do principado – do principado que, na ortodoxia do sistema, somente sob o oposto fundamento da *desigualdade* deveria ser possível. Isto a expressão *em qualquer forma significa*”.

Autorizaria esta interpretação de Sasso a ideia de que a solução proposta por Maquiavel recai no mesmo erro que este havia criticado, ou seja, numa “via do meio”? Seria pertinente afirmar que uma “república monárquica” seria desses regimes criticados por Maquiavel de não ter “a forma apropriada” (*Discurso* §1)? Talvez, mas para tanto seria preciso tirar a razão do argumento levantado por Pancera (2010, p. 136), de que esta “situação paradoxal” seria pensada por Maquiavel como transitória e de que, com o tempo, os elementos de principado se dissolveriam numa república. Assim, olhando para a proposta nua e crua formulada por Maquiavel, esta apresenta todos os elementos de uma “república monárquica”, como diz Sasso. No entanto, tem razão Pancera ao argumentar que a proposta maquiaveliana é formulada de modo tal a transformar-se. Em república ou em principado? Apesar da franca preferência republicana de Maquiavel, os termos com os quais apresenta sua solução parecem não nos permitir descartar sem mais a possibilidade contrária.

Por outro lado, em vez de qualificar a solução proposta por Maquiavel de “república monárquica” não poderíamos enquadrá-la no modelo do “regime misto”? Pancera (2010, p. 136-137) está de acordo: Maquiavel, diz ele, imagina um sistema de entrelaçamento institucional semelhante ao existente na república romana. Com efeito, trata-se, em virtude de um modo de diferenciação entre as “competências” políticas próprias aos diferentes grupos sociais (os principais, os medianos e os últimos, ou seja, os grandes, as classes médias e a massa do povo), de atribuir a cada grupo uma parte diferente da soberania ajustada à sua posição. No entanto, é preciso ressaltar que semelhante solução retoma do antigo sistema romano do governo misto apenas o espírito geral, mas não sua recriação fiel. É, então, a recriação apenas em parte do modelo do regime misto clássico.

Seja como for, qualquer proposta de reforma do estado florentino estaria fadada ao fracasso se não atribuísse um lugar central às ambições dos Medici. No entanto, a solução apresentada não poderia ser tal que omitisse o poder efetivo da massa ou que ignorasse a temática republicana do *vivere civile* viva na sociedade florentina e que dava forma aos descontentamentos populares. Em suma, uma proposta viável de reforma não poderia sugerir livrar-se de um só golpe da identidade de Florença como pátria da igualdade. O que o texto do *Discursus* revela com crueza é a irremediável fraqueza de uma solução unilateral, nitidamente principesca ou puramente republicana. A proposta maquiaveliana procura uma composição no sentido de alcançar um equilíbrio entre governantes e governados sem pressupor uma utópica (e, portanto, imaginária e ilusória) cooperação dos partidos em luta na vida política florentina.

Qual seria a alternativa imaginada por Maquiavel no *Discursus* para o estabelecimento desse *equilíbrio*? Ménissier (2005, p. 11) é do entendimento de que uma das vias “mais interessantes entre aquelas abertas pelo *Discursus* em vista de produzir semelhante equilíbrio parece residir na ligação estabelecida entre autoridade e segurança”. Assim, se quiser firmar a primeira, precisa tomar cuidado com a segunda. “Ora, questiona ele, como ter melhor êxito nisso, senão dando ‘confiança’ aos adversários, segundo o tema que aparece no final do texto” (MÉNISSIER, 2005, p. 11)? A última frase da obra é aquela em que Maquiavel escreve: as instituições “sempre estarão firmes se cada um as tiver nas mãos, se cada um souber o que lhe cabe fazer e *em quem pode confiar*” (*Discursus* §28 – grifos nossos). O que entender pelo termo *confidare* empregado por Maquiavel neste contexto de disputa entre os dois partidos antagônicos – pró principado e pró república – com seus respectivos modos de governar? Os defensores da solução republicana fundam a ligação cívica de maneira horizontal em base à participação popular ao passo que os favoráveis à alternativa principesca a configuram verticalmente em base ao comando do príncipe Medici. Um modo equivocado de interpretar o significado de *confidare*, considerando este quadro conflituado, seria pensar a confiança sob a ótica ilusória de uma pacificação definitiva da vida florentina; ou mesmo algo mais realista, mas não menos falso, como manipulação da credulidade da *universalità* por meio da utilização de estratégias de governo fundadas no talento de um príncipe Medici. Em vez disso, *confidare* “parece remeter à possibilidade de organizar a vida coletiva apoiada sobre uma lei comum suficientemente dinâmica para dar a todos a impressão de que suas aspirações podem se exprimir publicamente” argumenta Ménissier (2005, p. 12). Semelhante “confiança” não significa, portanto, que os cidadãos, ou então que os partidos que os reúnem, “confiam” uns nos outros, e sim que, defende Ménissier (2005, p. 12), “o acordo de todos com a lei será possível na medida em que existir uma possibilidade constitucional de ‘publicizar’ os conflitos”.

A solução proposta por Maquiavel implica, pois, na exigência de compor os interesses divergentes da cidade, mas não no sentido de alcançar um “consenso” em vista do “bem comum”, e sim em prever estruturas institucionais por meio das quais cada parte da coletividade possa dar saída aos seus desejos. A estrutura política tripartida proposta por Maquiavel, talvez mais do que materialização moderna do modelo de regime misto romano, é uma sagaz forma de dar solução institucional aos conflitos nascidos da cisão social. A igualdade, entendida no sentido de ausência de subordinação, assegura a todos os partidos um grau igual de soberania. Assim, quer os Medici permaneçam no comando da cidade ou não, as instituições políticas previstas por Maquiavel asseguram a participação de todos em condições igualitárias.

Como entender que estamos diante de um Estado que é na forma uma república e em seus princípios uma monarquia? Não nos parece que Ma-

quiavel estivesse preocupado com a resposta. Interessava-lhe, pensamos, indicar estruturas que institucionalizassem o acesso de todas as forças sociais ao exercício da soberania de modo igualitário. A isso o *Discursus* deu resposta.

Referências

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Introdução de Gennaro Sasso; preâmbulo e notas de Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli Editore, 2000.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices*. In: *Opere di Niccolò Machiavelli*. Torino: UTET, 1996. v.2.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Tradução de Gabriel Pancera. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010.

MÉNISSIER, Thierry. Le *Discursus florentinarum rerum Machiavel*: logique et pragmatique de l'action politique. In: *Les Cahiers du CEVIPOF*, n. 39, abril, 2005.

PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010.

SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli: v.II La storiografia*. Bologna: Il Mulino, 1993.

Endereço do Autor:

Rua Gal. Alcides Etchegoyen, 617

Jardim La Salle

85903-010 Toledo – PR

profuni2000@yahoo.com.br